



## OBJETIVIDADE NA ENCRUZILHADA: GIRO DECOLONIAL E EPISTEMOLOGIA DE EXU NO FAZER JORNALÍSTICO

Lucas Arantes Zanetti<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo reflete sobre as epistemologias do jornalismo a partir de uma perspectiva decolonial e provocativa, considerando a cosmologia do Orixá Exu. O contraponto consiste em uma crítica à noção de objetividade e às bases positivistas do jornalismo, ainda predominantes nas faculdades e redações. A objetividade tem sido ensinada como um princípio central da prática jornalística, permitindo ao ofício e às empresas de comunicação legitimar-se como um pilar da modernidade. No entanto, endossamos os argumentos que apontam o positivismo subjacente ao jornalismo como perpetuador de produções de conhecimento a partir de bases coloniais, patriarcais e da branquitude, contribuindo para a desumanização de minorias sociais e étnicas. Embora as epistemologias alternativas já tenham sido amplamente exploradas no campo, as reflexões decoloniais sobre o conhecimento jornalístico ainda são escassas, especialmente no contexto brasileiro. Assim, propomos aprofundar o diálogo com teorias decoloniais para fomentar o debate sobre como a cosmologia de Exu pode construir bases teóricas e epistemológicas na Comunicação, especialmente no Brasil. A filosofia positivista da objetividade tem sido um elemento importante para a manutenção das estruturas de poder, a reprodução de violências, a desumanização de minorias e a supressão de vozes marginalizadas. A ideia de Exu no Brasil representa o rompimento com a colonialidade, ao se tornar um símbolo de resistência e oposição política à destruição colonial imposta nos últimos séculos. No jornalismo, o princípio da dúvida, da incompreensão, da subjetividade e da humanização dos sujeitos presentes na cosmologia de Exu podem contribuir para a construção de conhecimentos menos opressivos e para a redução das estruturas dominantes do status quo.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Epistemologia do jornalismo. Exu. Estudos decoloniais. Objetividade. Jornalismo.*

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Bauru) com período sanduíche no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE). E-mail: lucaszanetti66@gmail.com

---

Revista ALTERJOR

Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP)

Ano 14 - Volume 01 - Edição 29 - Janeiro - Junho de 2024

Av. Professor Lúcio Martins Rodrigues, 443, Cidade Universitária, São Paulo, CEP: 05508-020

**ABSTRACT:** This article reflects on the epistemology of objectivity in journalism from a decolonial standpoint, specifically considering Exu's cosmology within the context of neoliberal and algorithmic infocracy. Objectivity has been taught as a central principle of journalistic practice, allowing journalism to legitimize itself as a pillar of modernity. However, we argue that the positivist epistemology underlying journalism perpetuates the production of knowledge based on colonial, patriarchal, and whiteness foundations. Although alternative epistemologies have been explored in the field of journalism, they are still scarce in academia, classrooms, and newsrooms. We propose deepening the dialogue with decolonial theories of journalism and contributing to the debate on Exu's epistemology in communication. The positivist philosophy of objectivity has been instrumental in maintaining power structures, reproducing violence, and suppressing marginalized voices. By analyzing the limitations of objectivity and embracing Exu's epistemology, this article fosters critical reflections on journalistic communication and encourages a decolonial shift in knowledge production.

**KEYWORDS:** *Journalism epistemology. Exu. Decolonial studies. Objectivity. Journalism.*

## **Introdução**

Ensinada nas faculdades e escolas de comunicação como eixo central da práxis jornalística, a objetividade é um dos pilares que viabilizam o jornalismo enquanto elemento legitimador da modernidade. Thompson (1998) elucida que a configuração do mundo contemporâneo é formatada pelo advento dos meios de comunicação de massa e pelas transformações culturais em decorrência das trocas racionais e simbólicas no ambiente midiático, especialmente a imprensa e o jornalismo. Já Habermas (1997) coloca o jornalismo como principal arena discursiva para troca pública de razões e argumentos que alimentam a esfera pública e legitimam o exercício do poder nas democracias. Nesse contexto, a noção de objetividade como “ritual estratégico” (Tuchman, 1999) permitiu ao jornalismo a separação e diferenciação da propaganda, da ficção e outras formas de “sedução midiática”, garantindo a credibilidade necessária à justificativa da existência do ofício e, em última análise, da viabilidade econômica das empresas de mídia no contexto capitalista.

Assim, a epistemologia positivista no jornalismo é simbiótica e ontológica e se confunde com as origens da profissão, se fazendo ainda na atualidade como principal matriz ética, profissional e metodológica, produzindo, conforme defendemos, uma forma de conhecimento colonial. Na academia, são poucos os contrapontos que buscam efetivamente romper epistemologicamente com a racionalidade colonial (Grosfoguel, 2016). No campo científico do jornalismo, alguns autores têm se dedicado a refletir sobre epistemologias alternativas ao jornalismo positivista. É o caso de Dimas Künsch (2005, 2016), com a noção de epistemologia da compreensão e do diálogo, Cremilda Medina (2012, 2014), com a noção de diálogos dos afetos e Marcia Veiga da Silva e Fabiana Moraes (2021), com a noção do jornalismo de subjetividade como alternativa decolonial.

Sendo o jornalismo uma prática que surge de uma necessidade burguesa de legitimação e manutenção do poder no contexto moderno, pensá-lo por alternativas cosmológicas, epistemológicas e temporais parece uma tarefa extremamente difícil, especialmente por vivermos em uma esfera pública tecno-midiatizada (Miskolci, 2021) de lógica algorítmica regida pelo fluxo de informação das empresas de tecnologia, a partir do fenômeno que Han (2022) chama de infocracia. Por outro lado, o contexto de crise de paradigmas do qual o jornalismo é especialmente vítima recoloca-o um universo de possibilidades de disputas, com o surgimento de mídias epistemologicamente alinhadas ao Ebó<sup>2</sup> decolonial (Rufino, 2019) como contraponto na produção efetiva do conhecimento. No Brasil, o Alma Preta, Ponte Jornalismo, Outras Palavras, Brasil de Fato, Nexo Jornal, para citar algumas, produzem conhecimento decolonial, ainda que a produção acadêmica sobre a produção de conhecimento desses portais e muitos outros esteja aquém do trabalho que estes portais têm desenvolvido.

Neste artigo, propomos dialogar com os autores das teorias da comunicação e contribuir para o debate sobre o que chamamos de epistemologia de Exu no jornalismo. Nosso argumento está no contraponto ao positivismo enquanto filosofia colonial que sustenta tanto o ofício quanto parte das pesquisas em jornalismo no Brasil.

---

<sup>2</sup>Nas religiões de matrizes africanas, o Ebó é um ritual de limpeza, purificação e negociação com as divindades realizado por meio de oferendas e entregas.

Medina (2012) resgata a herança positivista no jornalismo no contexto da crise de paradigmas, relatando uma problemática que se torna cada vez mais latente e atual: o desmantelamento das bases epistemológicas do jornalismo no atual estágio da modernidade. Em sua obra, a autora vai antever fenômenos que hoje ocupam espaço central nos debates sobre as interações midiaticizadas na esfera pública: a desinformação, a pós-verdade, os negacionismos, e a crise de credibilidade nas instituições modernas, inclusive o jornalismo. O modelo positivista ainda é o que predomina nas escolas e redações, sendo legado direto de uma colonialidade epistêmica reprodutora de violências e que atua na manutenção do poder das elites dominantes. Um jornalismo da branquitude, masculinista, Heterocisnormativo, eurocêntrico, cristão que objetifica, exofítica e deslegitima saberes e conhecimentos de grupos sociais minoritários.

O positivismo é a filosofia da objetividade que universaliza os fenômenos, que só versa sobre aquilo que se pode ver e aposta na inviabilidade das “leis do universo”, em sua análise dos fenômenos do mundo (Medina, 2012). A linearidade evolutiva das coisas, muito influenciadas pela força do darwinismo social e racismo científico do século XIX, é uma das apostas do positivismo, que classifica as culturas da mesma forma linear, colocando as sociedades europeias e brancas no topo de uma escala evolutiva. Segundo Grosfoguel (2019, p. 60), “a modernidade não existe sem a colonialidade; elas são duas caras da mesma moeda, e o racismo organiza a partir de dentro todas as relações sociais e hierarquias de dominação da modernidade”.

Trata-se de uma das muitas tentativas de legitimação da superioridade europeia e das formas de opressão a outros povos, muito comum nas ideologias do racismo científico do século XIX (Medina, 2012). Nos dias atuais, essa ideologia encontra sua força motriz na financeirização e algoritmização do mundo da vida, segundo Sodré (2020) e nas privatizações da política neoliberais e a globalização perversa (Santos, 2001), o que tem levado ao aumento da desigualdade em todo o mundo, com aumento da pobreza, da precarização do trabalho e o conseqüente agravamento dos conflitos sociais. No campo comunicacional, a infocracia (Han, 2022) define a nova tônica de um mundo em que a objetividade parece se desfalecer organicamente, não por ser

contestada a nível epistemológico, mas sim pela própria evolução do regime de informação neoliberal.

É a partir dessas postulações que pretendemos discutir o papel da objetividade jornalística, desenhando uma alternativa epistemológica decolonial calcada na noção cosmológica de Exu enquanto produção de conhecimento. Nesse sentido, consideramos o positivismo como uma filosofia própria da colonialidade, conforme afirma Boaventura de Sousa Santos (2007), de forma que o discurso da objetividade no jornalismo opera tanto como orientação de uma práxis profissional, quanto como ritual estratégico (Tuchman, 1999). O jornalismo, como agente de produção simbólica e informacional de discursos que alimentam a esfera pública e definem a tônica do conhecimento social, tem reproduzido padrões epistêmicos e culturais europeus impostos globalmente, suprimindo as culturas e saberes de outros povos e culturas em lógicas de embranquecimento, masculinização e ocidentalização. Esta lógica não se encontra apenas nos conteúdos noticiosos e nas coberturas sobre todas as esferas da vida em sociedade, mas também no próprio quadro profissional das grandes redações brasileiras. Segundo levantamento de 2023 do Gemaa (Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa), feito na redação dos três maiores jornais impressos do país, o perfil profissional é majoritariamente branco e masculino. A redação do jornal Estado de S. Paulo é composta por 89% de pessoas brancas. 52% de homens, sendo que a equipe editorial é formada exclusivamente por pessoas brancas. No jornal Folha de S. Paulo o número é semelhante: 84% dos jornalistas são brancos, sendo 57% homens. Já o Globo é composto por 79% de pessoas brancas e 61% de homens.

A objetividade universalista apaga as fronteiras da alteridade, das diferenças e das relações de opressão e se manifesta nos diversos estudos e análises que apontam uma série de violências cometidas por profissionais de imprensa no que se refere às representações sociais de minorias étnicas, raciais, femininas e desviantes do padrão heterocisnormativo. Neste artigo, propomos o aprofundamento nas matrizes epistemológicas do jornalismo na modernidade no contexto da crise de paradigmas e apresentando a epistemologia de Exu como premissa decolonial ao jornalismo no

contexto cultural brasileiro. Para isso, articulamos autores como Rufino (2019; 2020), Simas e Rufino (2018; 2020), Sodré (2017), Xavier (2004), Sàlami e Ribeiro (2015), que versam sobre a epistemologia de Exu, com o objetivo de articular as teorias e conceitos para reflexões sobre a comunicação jornalística.

O giro decolonial no jornalismo pressupõe o rompimento com princípios e fundamentos desenvolvidos como agentes legitimadores da colonialidade. A noção de Exu carrega toda a ancestralidade da filosofia da diáspora africana apagada e violentada por séculos pelo colonizador e sua ideologia de destruição das alteridades. No sistema de pensamento nagô, Exu é tido como princípio cosmológico que comunica e transporta as oferendas entre os homens e os orixás (Sodré, 2017; Xavier, 2004). Exu é um elemento dinâmico que, sem ele, nada seria possível. Mais do que uma premissa teológica, reivindicamos a figura de Exu como contraponto político, filosófico e epistemológico à destruição colonial fundadora da modernidade e que ainda segue em pleno funcionamento na lógica neoliberal de destruição do mundo da vida. Exu aqui é reivindicado como ato civilizatório (Simas e Rufino, 2019), como perspectiva de desmantelamento do projeto de morte e verdadeiramente comprometido com a rejeição da colonialidade. A crise de paradigmas a qual atravessa as instituições modernas devem ser pensadas à luz de um projeto capaz de oferecer subsídios para a reconstrução de saberes e práxis ancestrais e humanamente comprometidos.

### **O carregamento colonial: objetividade positivista, colonialidade e infocracia**

Erick Torrico (2019, p. 90) aponta que o campo da Comunicação emerge já com um “grilhão invisível: a colonialidade subjacente à sua própria concepção”. A noção, proposta inicialmente por Quijano (1992), diz respeito a colonização dos imaginários, dos símbolos e da consciência, operando como um legado epistemológico do período colonial que ainda domina o pensamento em todo o mundo. A comunicação enquanto campo de estudos já nasce motivada por interesses privados e, ainda que o jornalismo exista antes da consolidação de um campo de estudos comunicacional, se desenvolve a partir das mesmas necessidades burguesas do advento moderno. Dessa

forma, o positivismo tem um peso tanto na formação da ciência moderna quanto nos métodos jornalísticos, sendo a própria objetividade fruto de uma dicotomia entre razão e emoção, sujeito e objeto, homem e natureza.

Segundo Medina (2012), a filosofia positivista rejeita o “quimérico” e valoriza o que é “real”, o “útil” sobre o “inútil”, a certeza lógica ao invés da “dúvida”, o absoluto em oposição ao relativo. Um absoluto, cabe pontuar, sempre do ponto de vista branco, masculino e europeu, considerados o ápice da evolução humana. Todo conhecimento e saber produzido por outras culturas, povos e civilizações foi colocado numa posição de inferioridade epistêmica, simbólica, material e considerada como um desvio, como erros da humanidade na busca pela perfeição e pela evolução (Simas e Rufino, 2019). O jornalismo positivista parte do princípio da racionalidade argumentativa, da verdade única, e da busca pelo universal, pelo factual, pela imparcialidade, neutralidade e a exploração de todos os lados de um mesmo fenômeno.

Contestar essas premissas é um desafio, uma vez que, à primeira vista, não parece haver nada de errado com elas e questioná-las, em última análise, poderia ser entendido como a contestação do próprio jornalismo em si e suas práticas. Dificilmente, um estudante de jornalismo escolhe este curso por razões pouco nobres: o heroísmo, a vontade de mudar o mundo e de “dar voz” às pessoas normalmente estão entre as justificativas mais citadas entre os calouros. Essas justificativas já foram extensamente analisadas por pesquisadores em obras da área (Martinez, 2022; Pereira, Sousa e Moura, 2014), mas seguimos sem uma resposta mais consistente sobre o que fazer com os fundamentos positivistas do jornalismo. Autoras como Medina (2012, 2014) tem defendido uma abordagem dos afetos, do cotidiano e da humanização. Ijuim (2012, 2017, 2020) defende a humanização do jornalismo, adotando elementos da subjetividade como estratégias contra o desrespeito aos direitos humanos contra grupos minoritários por parte dos grandes jornais do país. O autor tem discutido de forma profunda a relação do pensamento colonial com as práticas jornalísticas:

Ora, as narrativas jornalísticas não podem se restringir ao relato de fatos e explicações de acontecimentos, mas necessitam de compreensão de fenômenos sociais. A compreensão exige

contextualização – histórica, social, econômica, ecológica. Ao mesmo tempo, os esforços de compreensão proporcionam oportunidades de reflexão sobre aspectos morais de qualquer fenômeno social em foco (Ijuim, 2020, p. 100).

Autoras como Márcia Veiga da Silva e Fabiana Moraes (2021) defendem um jornalismo de subjetividade em oposição ao domínio da objetividade colonial. O jornalismo da lógica positivista deixou de trazer à luz da sociedade temas complexos sobre grupos historicamente marginalizados, de forma a perpetuar a exclusão e a opressão. A racionalidade jornalística se vale do positivismo binário e simplificador como estrutura epistemológica de subjugação do “outro” que não o sujeito universal. Como provocação, as autoras conceituam um “jornalismo de subjetividade” para “desestabilizar os modos redutores de representação perpetrados pela imprensa” (2021, p. 128). A objetividade jornalística surge no mesmo contexto do cientificismo positivista, reproduzindo o método cartesiano de produção de conhecimentos (Medina, 2014; Grosfoguel, 2016). Essa abordagem epistemológica, que coloca o homem branco europeu no centro do mundo antes ocupado por Deus (cristão), tem gerado, segundo Grosfoguel (2016, p. 25) “não só uma injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos para privilegiar projetos imperiais, coloniais e patriarcais no mundo”.

Genro Filho (1987) já explicitava que o jornalismo é um produtor social de conhecimento, não podendo jamais ser neutro ou imparcial, sendo que o discurso da neutralidade e imparcialidade é útil justamente para mascarar os interesses dos empresários burgueses e das elites que investem na compra da audiência. Responsável por retomar uma importante dimensão sociohistórica e crítica ao jornalismo, Genro Filho desafia as vertentes tradicionais do jornalismo, bem como a romantização do ofício jornalístico, glamourizado e personalizado pela dimensão do espetáculo midiático. Ao afirmar que “o julgamento ético, a postura ideológica, a interpretação e a opinião não formam um discurso que se agrega aos fenômenos somente depois da percepção, mas são sua pré-condição, o pressuposto mesmo da sua existência como fato social” (1987, p. 38), o autor resgata a dimensão ontológica do sujeito jornalista, devolvendo o relativismo à percepção dos fatos.

Ainda assim, a construção de propostas sólidas em contraponto à colonialidade ainda é bastante precoce nos estudos em jornalismo, ficando restrita a uma pouca dezena de artigos e debates em eventos acadêmicos, sendo necessário o desenvolvimento de um campo mais sólido, que deve ser estimulado nas salas de aula. Para superar a colonialidade é preciso ser incisivo, pois como afirma Simas e Rufino (2019), nada se pode construir a partir da barbárie colonial e capitalista e das injustiças cognitivas promovidas pelos séculos coloniais e pela propagação de sua ideologia adjacente. O ethos jornalístico ainda é o ethos colonial, cristão, moralizador, violento e responsável pela manutenção da barbárie e do genocídio. Nesse sentido, “a colonização é uma engenharia de destroçar gente, a descolonização, não somente como conceito, mas enquanto prática social e luta revolucionária, deve ser uma ação inventora de novos seres e de reencantamento do mundo” (Simas, Rufino, 2019, p. 9).

Na contemporaneidade, a colonialidade se fortalece pela ideologia neoliberal. O neoliberalismo tem consequências sociais, políticas, econômicas evidentes, mas existe uma dimensão psíquica e epistêmica mais oculta. São essas dimensões que legitimam a própria existência do neoliberalismo e onde residem uma série de fenômenos de ordem tecno-discursiva com profundos impactos na vida social contemporânea. Nesse sentido, a esfera pública tecno-midiaticizada (Miskolci, 2021) em que ocorrem as interações sociais contemporâneas é colonizada pela lógica do capital financeiro, dos interesses das Big Techs (Morozov, 2018) e pelo valor algorítmico. Essa arquitetura comunicacional que em que se estabelecem as tônicas do mundo da vida tem implicações a todas as instituições modernas, especialmente nas democracias, e afetam a credibilidade de instituições como o jornalismo e a ciência, produzindo os desarranjos negacionistas e fenômenos como a pós-verdade, as fake news e outras formas de desestabilização do sistema de peritos (Cesarino, 2021; Miguel, 2022).

A objetividade, a neutralidade e a verdade que construíram o jornalismo enquanto sistema de peritos, conferindo credibilidade e estabilidade aos jornais, bem como a noção habermasiana de uma esfera pública alimentada discursivamente pelos meios de comunicação (Habermas, 2006), são vítimas de uma crise no sistema informativo imposta pela lógica das redes sociais em um processo que Han (2022)

chama de infocracia. Para o autor, o regime da informação no atual estágio do capitalismo neoliberal é caracterizado pela proliferação de informações e pela produção gratuita voluntária de dados, que são utilizados para produzir mais valor e como forma de dominação. Com a digitalização do mundo, a quantidade de informações disponíveis aumentou exponencialmente, facilitando e ampliando o acesso. No entanto, o autor pontua que essa facilidade de acesso à informação também tem um lado negativo, muitas vezes as informações são falsas ou manipuladas e existem em excesso, de forma a produzir desinformação. Este regime também se caracteriza pela utilização da informação como arma, seja para manipular a opinião pública, seja para atacar adversários políticos, com aparência de verdade e objetividade (Han, 2022).

O regime “pós-factual” do da infocracia, que corrói a esfera pública, o debate público e a opinião pública afeta especialmente o jornalismo e suas bases ontológicas. A estética jornalística é apropriada para a propagação de notícias falsas, de clickbait, de manchetes sensacionalistas e uma velocidade de reprodução que impede a reflexibilidade crítica, racional e o sistema de validação orgânico das fontes de informação. Os veículos de imprensa aderiram a esta lógica para garantir a viabilização econômica das empresas de mídia. Nesse sentido, a crise de legitimidade no jornalismo é consequência da própria economia política dos veículos de imprensa, dos discursos edificadores do ofício jornalístico e das dinâmicas neoliberais de produção e validação do conhecimento. Sodré (2020) argumenta que a midiaticização do jornalismo coloca em xeque as bases profissionais que edificam sua legitimidade na modernidade. O autor aponta o deslocamento do valor de verdade do jornalismo para o valor de exposição viral que caracteriza a lógica das redes sociais dominadas pelas BigTechs (Google, Meta, Twitter) por meio de “sutis mecanismos de exposição que levam ao autoengano” (Sodré, 2020, p. 52). O jornalismo estaria fadado a se reinventar a partir da lógica da infocracia, em que a objetividade como mecanismo de validação perderia espaço ao valor de crença e de exposição, medido por curtidas, compartilhamentos e engajamento.

Ao nosso ver, a forma contemporânea de infocracia pode ser entendida do que Rufino (2019) chama de “carrego colonial”. Carrego é uma expressão utilizada no contexto das religiões de matrizes africanas para se referir a uma energia ou carga

negativa, que necessita de limpeza. Segundo os autores, o carrego colonial pode ser definido como “a má sorte e o assombro propagado e mantido pelo espectro de violência do colonialismo” (Rufino, 2019, p. 10). O neoliberalismo e, conseqüentemente, o regime de informação neoliberal são entendidas por nós como extensões da colonialidade e das formas de dominação colonial. Nesse contexto, a objetividade torna-se obsoleta por duas abordagens distintas: em primeiro lugar pelos padrões normativos pela qual se constitui, nomeadamente o masculinismo, a branquitude, o eurocentrismo e a heterocisnormatividade e, em segundo lugar, pela própria lógica da infocracia neoliberal que privilegia um valor de verdade calcado no culto à exposição e ao engajamento em detrimento ao valor da apuração, da checagem e da verdade (Sodré, 2020).

O jornalismo atual, já muito diferente do jornalismo do século XX, segue engolido pela herança do carrego colonial, da infocracia e do neoliberalismo: a superficialidade e a linearidade como tônica, a ausência de contraditório, a homogeneização profissional, o sucateamento das redações, a exploração comercial da miséria, do sofrimento, da violência, a baixa apuração e baixa flexibilidade e responsabilidade social e cognitiva que levam à ausência de produção de conhecimento e manutenção da violência, do epistemicídio, da invisibilização, desumanização e ausência do “outro” como sujeito humano de direitos (Xavier e Xavier 2015). Negros, mulheres, indígenas, imigrantes e refugiados, LGBTQIA+, se perpetuam como minorias excluídas do eixo da produção de conhecimento jornalístico e de alteridades legítimas de existência. Nesse sentido, o jornalismo é reprodutor de violências, de forma a corroborar com a necropolítica (Mbembe, 2011).

### **Oferenda a Exu: o mensageiro, senhor da comunicação**

Exu é compulsório a todos os seres e forças cósmicas. É ele a divindade mais próxima daqueles classificados como humanos, é o dono do nosso corpo e de suas potências, é o princípio comunicativo entre os seres, as divindades e os ancestrais. Exu é a substância que fundamenta as existências; é a linguagem como um todo. É o pulsar

dos mundos, senhor de todas as possibilidades, uma esfera incontrolável, inapreensível e inacabada (Rufino, 2019, p. 22).

O contraponto epistemológico proposto neste artigo tem na figura de Exu e sua simbologia um elemento provocativo. Exu, o senhor do movimento, da comunicação, da sexualidade, dual, dúbio, não linear. Transgressor por definição, foi sincretizado com o diabo católico no projeto colonial de controle e dominação de consciências (Prandi, 2001). O reencantamento do mundo é uma proposta imperativa frente à destruição colonial da necropolítica (Mbembe, 2011). O ser rodante, ideia proposta por Oliveira (2022), é a antítese à linearidade da racionalidade instrumental, é a mistura de elementos de oralidade, artes visuais, dança, literaturas, performances e produções culturais advindas da diáspora e das culturas cuja ancestralidade foi apagada pelo colonialismo. Oralidade esta que foi roubada pelo monopólio da verdade pelo jornalismo e indústria cultural como engrenagem da ideologia capitalista.

Falar de Exu só é possível fora da lógica colonial: abrir mão de crenças, de certezas, de moralidades para abraçar a dúvida, a humanidade, a individualidade como comunhão à natureza, é reconstruir e curar. É abdicar da busca pela verdade única e abraçar a certeza da incerteza, buscando a compreensão profunda do ser, de forma a expressar-se na temporalidade cíclica, na oralidade, na não-verbalidade, na intersubjetividade e na complexidade indissociável de objetividade e subjetividade na produção de conhecimento. A questão pode ser entendida por meio da cosmologia iorubá contrastada à ideia cristã da qual surgem parte do pensamento ocidental.

Sàlami e Ribeiro (2015), na obra “Exu e a Ordem do Universo”, resgatam a figura de Exu na trajetória iorubá e após a diáspora, ressaltando a imperfeição das divindades iorubás em comparação a perfeição do Deus cristão. Exu é imperfeito, tem necessidades, é humanizado, não é maniqueísta e convive com o mal do mundo, ao contrário das religiões monoteístas, como o cristianismo e o islamismo. Segundo Ortiz (1978), em sua análise sobre a Umbanda, Exu é uma das únicas divindades que conservam a identidade tradicional negra no imaginário popular brasileiro e, não à toa, é associado ao reino das trevas.

Exu dormiu na casa, mas a casa era pequena demais para ele/ Exu dormiu na varanda, mas a varanda era pequena demais para ele/ Exu dormiu em um amendoim — finalmente ele pôde se esticar/ Exu caminhou sobre uma fazenda de amendoins — mal se enxergava seu tufo de cabelo/ Se não fosse por sua altura enorme, não seria visto/ Tendo atirado uma pedra ontem, ela mata um pássaro hoje/ Deitado, sua cabeça bate no teto/De pé, ele não consegue ver dentro da panela/ Exu transforma o certo em errado/ E o errado em certo (Willis, 2007, p. 274).

(In) Compreender, de fato, Exu, demanda um esforço e uma abordagem de várias dimensões que, conforme apontam Sàlami e Ribeiro (2015), pode ser difícil à primeira vista, mas é urgente e necessário no atual momento da humanidade. O sistema de pensamento iorubá, conforme mostra os autores, parte da premissa do respeito às pessoas, seus caminhos, objetivos, especialmente aos mais velhos, preservando a noção de ancestralidade. Um outro valor da filosofia iorubá pertinente a nossa reflexão é a noção de verdade. É importante ressaltar que a mudança de paradigma epistemológico não implica em abrir mão de princípios caros ao jornalismo, como a busca pela verdade, o relato dos fatos e dos acontecimentos presentes, o que seria abrir mão do próprio jornalismo como práxis, mas sim repensar, a partir de novas matrizes epistemológicas, como esses conceitos se aplicam ao ofício a partir do paradigma decolonial.

121

A fala e a escuta, premissas básicas do jornalismo, são considerados elementos vitais na filosofia iorubá, de acordo com Sàlami e Ribeiro (2015). A fala cria laços, conserva ou destrói. O que foi dito, não pode ser “desdito”. O caminho para o conhecimento passa pela fala, ou seja, pelo próprio ato comunicativo, sendo que cada palavra proferida deve carregar o peso da responsabilidade de quem as diz e seus efeitos na comunidade. Essa noção de responsabilidade, para os que escolhem o caminho do (auto)conhecimento, é de vital importância. A conduta da responsabilidade que parece estar restrita à teoria ou ao código de ética juramentado na colação de grau e esquecido, deve emergir como busca central do jornalismo. A verdade, na filosofia iorubá, se encontra relacionada à confiabilidade e à fidelidade, sinceridade e honestidade. Diz a

verdade quem possui responsabilidade e compromisso para com o outro e a comunidade. Apesar da sua figura controversa, Exu representa esses atributos da verdade, bom senso e ponderação, com discernimento para julgar com justiça e sabedoria. Conforme demonstra o trabalho de Ortiz (1978), a representação de Exu sofre transformações no processo de embranquecimento do Brasil. Mesmo em religiões de matrizes africanas, como a Umbanda, a figura de Exu é inferiorizada e moralizada de acordo com o conservadorismo da branquitude brasileira.

Resgatar a figura de Exu, seus ensinamentos, sua simbologia e mensagens é urgente e um dever epistêmico para o contraponto à colonialidade e ao apagamento cultural, simbólico e do conhecimento afrodiaspórico. A humildade e a humanidade como princípio, bem como a compreensão em profundidade, a escuta ativa, a responsabilidade e a não moralidade são formas de conduzir o jornalismo a formas efetivas de produção de conhecimento (Rufino, 2021). Reverter a destruição da cosmologia ancestral de diversos povos e sociedades humanas, resgatar a pluralidade, a diversidade na produção de outras formas de saberes e práticas, valorizando o respeito, o afeto e a compreensão, essa sim é uma forma de fazer comunicação e jornalismo alinhada a uma epistemologia de Exu.

A encruzilhada é o espaço de encontro de odus, de caminhos, de saberes de travessias e é onde se coloca a oferenda para Exu. A ênfase na encruzilhada é a ênfase da travessia, do caminho, do método, de como fazer. A obsessão colonial pelo resultado, pelo quantitativo, pelos dados brutos e o desprezo pelo qualitativo, pela compreensão, relatividade e pela responsividade transformou o jornalismo em uma máquina fria de violências da colonialidade. A produção de conhecimento deve atravessar mais do que o método e a epistemologia, uma vez que “todo saber se manifesta por meio de um corpo e fala desde um mundo que lhe é próprio” (Rufino, 2021. p. 38). O sujeito que fala, fala de uma posição. E o que é falado não pode ser desfalado. Exu ensina que a palavra e a intencionalidade tem axé e poder.

## **Ebó epistemológico no fazer jornalístico**

Na obra “Pensar Nagô”, Muniz Sodré (2017) desconstrói as noções ocidentais históricas produzidas pelos europeus sobre filosofias, epistemologias e ontologias não-europeias. Diz ele que não se trata de sistemas “místicos”, “animistas” ou, ainda, “culturalistas”, mas sim de uma dimensão política de compreensão do mundo, das nações, da cidadania e da diversidade. Nesse sentido, a oralidade como marca da simbologia iorubá se manifesta nos mitos e itãs, de forma que o projeto cosmológico e civilizatório muitas vezes estão presentes em matrizes hermenêuticas não pertencentes à racionalidade instrumental europeia. Este é um ponto importante para compreender a epistemologia de Exu: conforme aponta Rocha (2016), Exu não tem título nenhum, não é filósofo nem epistemológico de nada, não cabendo em rótulos, sistemas e estruturas fechadas de compreensão.

À natureza do orixá Exu que não se deixa escanear pelos esquemas lógicos da cultura ocidental e que embora atualmente seja muito estudado, tem a peculiaridade de ser apenas ou quase sempre descrito, tendo como ponto de vista o seu aspecto antropológico, não entendido filosoficamente, uma vez que o mesmo não opera na lógica de quem se propõe a pensá-lo (Soares, 2008, p. 27).

A não pretensão do entendimento, o reconhecimento da limitação, da diversidade, do contraditório, das dualidades e paradoxos é, então, uma das reflexões mais pertinentes do pensamento jornalístico a partir de Exu. Trata-se de forma provocativa de pensar o jornalismo a partir de uma das figuras mais perseguidas, violentadas e demonizadas pela cultura ocidental no Brasil. Pensar em uma epistemologia de Exu no jornalismo é, por princípio, romper com a estrutura do carrego colonial composta pelo patriarcado, pela branquitude e pela heterocisnotmatividade. Exu representa a comunicação de forma não hierárquica, a vitalização do movimento, viabiliza a mudança, é a “a essência da existência individualizada” (Xavier, 2004, p, 102). Desprovida de senso de moralidade, uma epistemologia de Exu ajudaria o jornalismo a compreender a diversidade de existências, tornando-o mais humanizado.

Ao contrário da pretensa objetividade do método objetivista, a cultura de oralidade e de segredos nos Illês Axés apresenta uma outra pedagogia de produção e comunicação do conhecimento. As estratégias de escuta ativa são um começo e a lição começa na própria crítica da antropologia e da etnografia que pretensamente acreditam compreender e decifrar a cultura do outro. O caso do jornalismo é ainda mais complexo, uma vez que as coberturas jornalísticas, especialmente no hard news, tornam-se epistemologicamente inviáveis do ponto de vista de maturação do conhecimento necessário para produzir um sentido midiático de efetivo conhecimento sobre o outro. Conforme pontua Hampaté Bâ:

A condição mais importante de todas, porém, é saber renunciar ao hábito de julgar tudo segundo critérios pessoais. Para descobrir um novo mundo, é preciso saber esquecer seu próprio mundo, do contrário o pesquisador (jornalista) estará simplesmente transportando seu mundo consigo ao invés de manter-se ‘à escuta (2010, p. 212).

A dúvida também é parte essencial de Exu que confronta a noção de verdade absoluta, de alcance universal da verdade promovido pelo positivismo. A encruzilhada é o encontro, é a interseção, a fusão de horizontes que produz conhecimento e possibilidades de saberes. A encruzilhada é ponto de força, é o dinamismo da própria existência, pois todo saber só pode existir a partir da interação, da comunicação e da linguagem. A busca pela verdade é ontologia do jornalismo, norteador os princípios da apuração e da checagem (Bertrand, 1999). Sem desconsiderar o valor da ampla checagem e da apuração como elementos necessários ao jornalismo, questionamos a pretensa busca pela verdade.

A questão da “verdade” é um tema filosófico que assume uma relevância central na comunicação e nos processos midiáticos contemporâneos, especialmente no contexto da chamada “pós-verdade” e do individualismo neoliberal. O jornalismo, enquanto produtor social do conhecimento, deve se basear na escuta ativa, no diálogo dos afetos (Medina, 2012) de forma a se (des) encontrar nas encruzilhadas do contraditório, do tensionamento, assumindo a postura do princípio da dúvida e não o da verdade.

Conforme aponta Sodré (2017, p. 24) “toda pretensão de verdade única é germe de violência”.

Assim, nosso argumento, ao contrário de Lisboa e Benetti (2015) é que a credibilidade, entendida como a crença do público na verdade dos fatos, serve mais a uma necessidade das empresas de comunicação e ao ritual estratégico (Tuchman, 1999) do que propriamente a produção de conhecimento. A estética da verdade e da credibilidade que enlaça o jornalismo comercial, a concentração midiática e a liberdade de expressão nos moldes neoliberais, contribuem para a colonização epistêmica da realidade e para manutenção das empresas de comunicação que controlam os enunciados, os sentidos que circulam na esfera pública e como esses sentidos circulam.

É importante destacar que o rompimento com certos elementos da objetividade jornalística não são possíveis apenas pela vontade individual do jornalista, mas apontam para a necessidade de incentivos a mídias alternativas, radicais, plurais e diversas capazes de promover uma dialética voltada ao diálogo social. Não é objetivo deste artigo discutir questões relativas à tomada de decisão cotidiana do jornalista frente a um capital profissional e deontológico estruturado na lógica comercial positivista, mas sim abrir um diálogo epistemológico a partir de contribuições decoloniais, inspirando mídias radicais no Brasil.

Exu emerge então como paradigma epistemológico provocador em sua essência, pregador de peças, em temporalidade não linear, abraçando a humanidade, rejeitando a moralidade, produzindo saberes voltados “para a contestação dos limites de um saber monológico, produzido pela racionalidade moderna ocidental” (Rufino, 2019, p. 44). A expurgação, o “ebó epistemológico” do colonialismo epistêmico, do racismo estrutural, da violência, do eurocentrismo, do patriarcalismo e das formas colonizadas integram a noção de “Pedagogia das Encruzilhadas” (Rufino, 2019), podendo ser assimilada como princípio norteador da produção de conhecimento do jornalismo. A rejeição do binarismo, das dicotomias entre bem e mal, do “nós contra eles”, da temporalidade única, do pretense universalismo e da pretensão de verdade é a marca de um jornalismo de Exu.

No contexto da esfera pública midiaticizada, a construção de um debate público edificador, complexo, voltado para a diversidade e para a pluralidade, passa para construção de produtos midiáticos calcados em conhecimentos distintos, que quebre o monopólio midiático, capaz de canalizar o desencantamento das instituições modernas para um projeto em oposição ao neoliberal, ao desfalecimento das instituições para a construção de novos saberes calcados na provocação crítica, na dúvida como princípio e na rejeição das verdades universais que produzem violências. Trata-se da busca pela justiça social e cognitiva, da reparação histórica contra as atrocidades coloniais que se fazem vivas no presente em todas as produções midiáticas do neoliberalismo.

Em outra obra, Rufino (2021) demonstra que a colonialidade e o neoliberalismo são incapazes de produzirem a educação por serem descomprometidas com a dignidade existencial do outro, de forma a “perpetuar seu modo de imprimir uma política contrária à vida por meio de um modelo de escolarização/catequese que reduz as experiências possíveis ao que está compreendido em sua agenda” (Rufino, 2021, p. 28). Estendemos esta reflexão para a produção do conhecimento pelo jornalismo. O jornalismo não pode produzir conhecimento enquanto estiver comprometido com a agenda neoliberal/colonial/capitalista.

Inscrito em uma modernidade fatalmente colonial, o jornalismo é ontologicamente um subproduto da racionalidade instrumental como epistemologia da colonialidade que começa na própria linguagem, no apagamento cultural não europeu, no epistemicídio, na exotificação e subalternização do outro do sujeito universal (Mignolo, 2017). Nos alinhamos à perspectiva de Nascimento (2001):

É nesse sentido, que Exu está no cerne da Pós-modernidade, entendida enquanto tensionamento entre os conceitos que instaura e subverte, entre as noções de ruptura e continuidade de um projeto calcado ainda e “sempre” na ocidentalização do saber, hoje ocidentalização da alteridade, da informação e do conhecimento. Nestes, os paradigmas em crise, ou em metamorfose tensionam-se com as práticas sociais que as modelam (Nascimento, 2001, p. 2).

A renúncia às certezas positivistas e a escuta ativa, assim como fazem os Exus no terreiros, desprovidos de moralidades e julgamentos absolutos, pode ser entendido como um caminho aberto à crise do sistema de peritos e a pós-verdade (Cesarino, 2021; Miguel, 2022). Trata-se de uma aproximação ao modelo da compreensão como método de Kunsch e Chiachiri (2019), mas de forma a romper epistemologicamente com a produção de conhecimento positivista. É provocar o status colonial com a gargalhada sarcástica de Exu. Trata-se, portanto, de uma postura profissional, de uma mudança de paradigmas, de uma reinvenção frente às novas facetas e armadilhas neoliberais.

Não é atoa que uma figura como Exu foi sincretizada como o diabo cristão (Prandi, 2001). Essencialmente revolucionário, transgressor e dual, o abraço à incerteza da existência da relativização da verdade e das intenções, da comunicação como interação, como troca e negociação (no sentido mais iorubá e menos capitalista), a representação da sexualidade e do prazer como inerentes ao humano, tudo isso é, por si, ameaçador ao controle e ordem como projeto de poder colonial e mantido por filosofias como o positivismo.

### **O despacho: considerações circulares**

O presente artigo pretende se somar às contribuições da área que propõem uma análise do jornalismo a partir de epistemologias decoloniais. A figura de Exu, transgressora por excelência, é evocada como forma provocativa de estimular novas práticas, teorias e métodos do fazer jornalístico, de forma a romper com a episteme da branquitude masculinista e heterocisnormativa que é violenta e propagadora de sofrimentos e violações aos direitos humanos. A saída da chave da mera explicação para a compreensão profunda dos fenômenos do mundo, giro fundamental para a produção de conhecimento, perpassa por estímulos intelectuais e espirituais capazes de promover novas formas de pensar e repensar a comunicação social e o jornalismo.

Para isso, a ampliação do escopo teórico, com a ampliação de possibilidades de pesquisa alinhadas a uma agenda dos direitos humanos, da pluralidade, do tensionamento e do debate público, se faz necessária em todas as áreas do

conhecimento. Metodologicamente, tanto na pesquisa acadêmica quanto no jornalismo, é preciso estimular formas de saberes capazes de mobilizar, viabilizar e considerar outras formas de produção de conhecimento e regimes de legitimação de saberes para além do positivismo e da cosmologia ocidental. O compromisso ético e deontológico do jornalismo pode se encontrar em outras filosofias, cosmologias e abordagens do conhecimento.

Com este texto buscamos contribuir para a abertura de caminhos necessária a promover o descarrego colonial, a partir de uma leitura crítica e reflexiva da epistemologia de Exu em diferentes matrizes religiosas. No entanto, ressaltamos a incapacidade de esgotar as possibilidades reflexivas neste texto. Questões como a economia política dos meios, a democratização da comunicação no Brasil, a hegemonia das grandes empresas de mídia e das Big Techs na infocracia mundial, o discurso de liberdade de (opressão) expressão que circula como subproduto da ideologia neoliberal, os desafios de viabilização econômica de mídias radicais e comprometidas com a agenda decolonial, todas essas questões, ainda pouco exploradas no contexto acadêmico, emergem como uma agenda de pesquisa no jornalismo no século XXI.

## REFERÊNCIAS

BERTRAND, C.-J. **A deontologia das mídias**. São Paulo: EDUSC, 1999.

CESARINO, L. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021.

GENRO FILHO, A. O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

GROSGOUEL, R. Uma estrutura de conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, 2011.

HABERMAS, J. Political communication in media society: Does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. **Communication Theory**, v. 16, n. 4, p. 411-426, 2006.

- HAN, B. C. **Infocracia**: digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Vozes, 2022.
- IJUIM, J. K. Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas. **Revista Comunicação Midiática**, v. 7, n. 2, p. 117-137, 2012.
- IJUIM, J. K. Por que humanizar o jornalismo (?). **Verso e Reverso**, v. 31, n. 77, p. 235-243, 2017.
- IJUIM, J. K. Jornalismo e humanização: heranças eurocêntricas no pensar e no fazer jornalísticos. **Revista Extraprensa**, v. 13, n. 2, p. 91-108, 2020.
- KÜNSCH, D. Compreendo ergo sum: epistemologia complexo-compreensiva e reportagem jornalística. **Communicare**, v. 5, n. 1, p. 43-54, 2005.
- KÜNSCH, D. A. A comunicação, a explicação e a compreensão: ensaio de uma epistemologia compreensiva da comunicação. **Líbero**, n. 34, p. 111-122, 2016.
- KÜNSCH, D. A.; CHIACHIRI, R. Laroîê, Exu! Um ensaio sobre cultura, diálogo e compreensão. **LÍBERO**, n. 44, p. 75-92, 2019.
- LISBOA, S.; BENETTI, M. O jornalismo como crença verdadeira justificada. **Brazilian Journalism Research**, v. 11, n. 2, p. 10-29, 2015.
- MARTINEZ, M. Jornada do herói: a estrutura narrativa mítica na construção de histórias de vida em jornalismo. **Digitaliza Conteúdo**, 2022.
- MEDINA, C. **Ciência e jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. Summus Editorial, 2012.
- MEDINA, C. Narrativas da contemporaneidade: epistemologia do diálogo social. **Triade**: comunicação, cultura e mídia, v. 2, n. 4, 2014.
- MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, 2017.
- MIGUEL, L. F. O jornalismo no novo ambiente comunicacional: uma reavaliação da noção do "jornalismo como sistema perito". **Tempo Social**, v. 34, p. 195-216, 2022.
- MISKOLCI, R. **Batalhas morais**: política identitária na esfera pública técnico-midiática. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.
- MORAES, F.; DA SILVA, M. V. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: I. Bomfim, B. Sartor, K. Vieira, & M. Silva (Eds.), **Mídia e zeitgeist**, p. 113, 2021. [Disponível em: <https://bit.ly/3RYaRtq>]
- MOROZOV, E. **Big tech**. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

NASCIMENTO, E.; BELLONI, M. L. Exu-princípio de ancestralidade africana face à globalização. In: **Anais do X Congresso Internacional da ALADAA**. Rio de Janeiro: EDUCAM, 2001.

OLIVEIRA, A. S. Oralidade, imaginário e pensamento rodante: contribuições decoloniais e comunicacionais das tradições africanas. **Ação Midiática–Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**, v. 24, n. 1, 2022.

ORTIZ, R. **A morte branca do feiticeiro negro**: umbanda, integração de uma religião numa sociedade de classes. Petrópolis: Vozes, 1978.

PEREIRA, F. H.; SOUSA, J.; MOURA, D. O. Valores e cultura profissional dos estudantes de jornalismo em Brasília. **Estudos em Comunicação**, v. 17, 2014.

PRANDI, R. Exu, de mensageiro a diabo: sincretismo católico e demonização do orixá Exu. **Revista Usp**, n. 50, p. 46-63, 2001.

QUIJANO, A. Notas sobre a questão da identidade e nação no Peru. **Estudos Avançados**, v. 6, 1992.

ROCHA, A. Exu o filósofo da comunicação. **Das Questões**, v. 4, n. 1, 2016.

RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

RUFINO, L. **Vence-demanda**: educação e descolonização. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2021.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L. **Fogo no mato**: a ciência encantada das macumbas. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L. **Encantamento**: sobre política de vida. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

SODRÉ, M. **Pensar nagô**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2017.

SODRÉ, M. Miatização do jornalismo. In: J. Ferreira, et al. (Eds.) **Redes, sociedade e pólis**: recortes epistemológicos na miatização. FACOS-UFSM, 2020. [Disponível em: <https://bit.ly/3BekuOO>]

SÀLÀMÌ, S. (King); RIBEIRO, R. I. **Exu e a ordem do universo** (2ª ed.). São Paulo: Oduduwa, 2015.

SANTOS, B. D. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, 71-94, 2007.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único ao pensamento universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. V.; XAVIER, P. A. M. Movimentos sociais, ecologia digital, mídias radicais e as narrativas anticapitalistas na esfera pública alternativa global. **Razón y Palabra**, 1-18, 2015.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade** (Vol. 8). Petrópolis: Vozes, 1998.

TORRICO, E. Para uma comunicação ex-cêntrica. **MATRIZES**, v. 13, n. 3, p. 89-107, 2019.

TUCHMAN, G. A objetividade como ritual estratégico. In: N. Traquina (Ed.), **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**, p. 77-97. Lisboa: Vega Editora, 1999.

WILLIS, R. **Mitologias**. São Paulo: Editora Abril, 2010.

XAVIER, J. T. D. P. Exu, Ikin e Egan; equivalências universais no bosque das identidades afrodescendentes nagô e lucumi-estudo comparativo da religião tradicional Iorubá no Brasil e em Cuba. **Tese** (Doutorado), Universidade de São Paulo, 2000.

XAVIER, J. T. D. P.; XAVIER, P. A. M. Movimentos sociais, ecologia digital, mídias radicais e as narrativas anticapitalistas na esfera pública alternativa global. **Razón y Palabra**, 1-18, 2015.